

SECRETARIA ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

MODERNIZA BRASIL



**ESTA APRESENTAÇÃO ATENDE ÀS RESTRIÇÕES
IMPOSTAS PELA JUSTIÇA PARA O PERÍODO ELEITORAL**

**SECRETARIA ESPECIAL DE
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO**

**SECRETARIA-GERAL DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Secretaria Especial de Modernização do Estado

Voltada para políticas públicas estratégicas de modernização do Estado.

É o órgão coordenador, da Política Nacional de Modernização do Estado, além de apoiar os demais órgãos e entidades nas ações de modernização.



SIMPLIFICAR serviços e políticas públicas;

TRANSFORMAR digitalmente serviços públicos (padrões de autenticação, segurança e rastreabilidade)

COMPARTILHAR dados e **UTILIZAR** canais digitais.

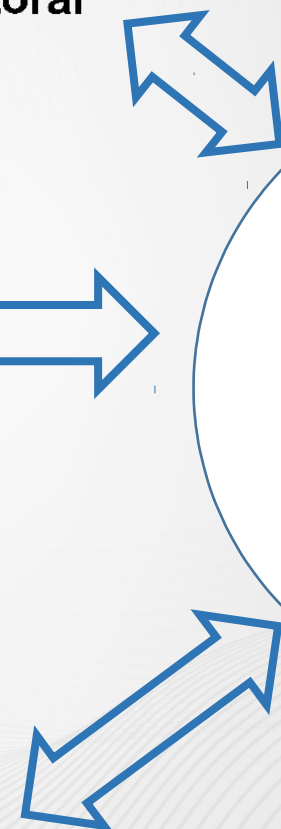
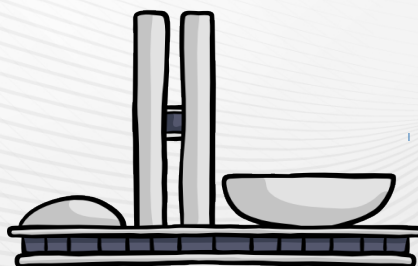
INCENTIVAR o intercâmbio de experiências e boas práticas: Órgãos públicos, órgãos de controle, Estados, Distrito Federal e municípios, e destes com organismos nacionais e estrangeiros.



Centro de Governo



Tribunal
Superior
Eleitoral



SeGov
Presidência da República

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

MDIC
Ministério do
Desenvolvimento
e Comércio Exterior

MTE
Ministério do
Trabalho e Emprego

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

MINISTÉRIO
DA SAÚDE

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA

Ministério da
Mulher, da Família
e dos Direitos Humanos

MEC

SECRETARIA ESPECIAL DE
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

SECRETARIA-GERAL DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DIRETORIAS (PROJETOS)

POLÍTICA
NACIONAL DE
MODERNIZAÇÃO
DO ESTADO

TRANSFORMAGOV

SUPER.Br

Startup GOV.BR



SECRETARIA ESPECIAL DE
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO



Simplificação Normativa –
Decreto nº 10.139 de 2019



Programa de Estímulo à Conformidade
Normativa – Governo Mais Legal



SECRETARIA ESPECIAL DE
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO

SECRETARIA-GERAL DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Modernizar a Identificação do Cidadão

- Objetivo: Após 40 anos, estruturar de forma nacional e segura a Identificação do Brasil;
- Governança: CEFIC, liderança da SEME;
- Acompanhamento periódico – Expedição da Carteira de Identificação Nacional - CIN;



ENTREGAS:

- Decreto 10.900/21;
- Decreto 10.977/22;
- Nova Carteira de Identidade Nacional - CIN;



Até Setembro (piloto):

RS: 62.000 – iniciou em 26/07
AC: 6.000 – iniciou em 22/08
GO: 40.000 – iniciou em 22/08
PR: 69.000 – iniciou em 29/08
MA: 50.000 – kick off 13/07
MT: 20.000 – kick off 13/07
PI: 19.000 – kick off 13/07
MG: 91.000 – kick off 19/04

Até Janeiro de 2023:

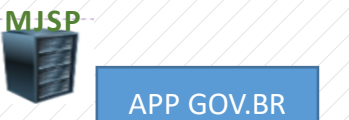
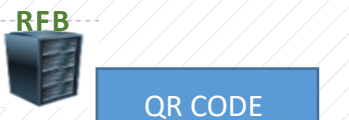
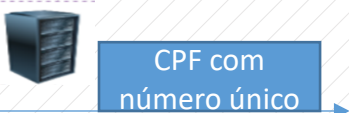
MS: 12.000 – kick off 22/09
CE: 56.000 – kick off 22/09
PB: 25.000
RO: 10.000
AM: 27.000 – kick off 22/09
RR: 6.000 – kick off 22/09
RN: 16.000
ES: 16.000 – kick off 13/07

Até Novembro:

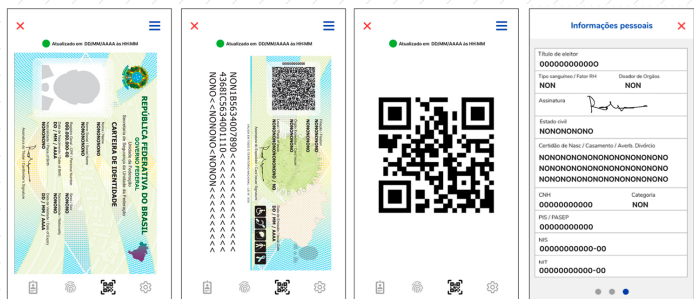
RJ: 117.000 – kick off 03/08
BA: 93.000 – kick off 03/08
AL: 23.000 – kick off 03/08
SP: 425.000 – kick off 25/08
DF: 20.000 – kick off 05/04
PE: 62.000 – kick off 05/04
SC: 44.000 – kick off 05/04

Até Março de 2023:

TO: 13.000
SE: 14.000
AP: 5.000
PA: 92.000



Reorganizar os serviços a partir da CIN



Ministério da Cidadania

- CadÚnico passa ter os dados oficiais da CIN;
- Auxílio Brasil na CIN.

Ministério da Educação

- No ato da matrícula, estudante emite a CIN com CPF;
- Carteira de Estudante na CIN.

Ministério da Infraestrutura

- CNH na CIN.

Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

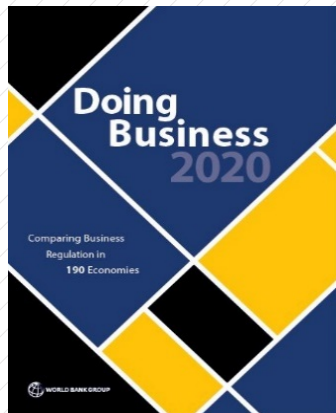
- Carteira do Autista na CIN;
- ID Jovem e Carteira do Idoso;
- Declaração de Nascido Vivo Eletrônica;
- Programa de Proteção a Testemunha.

Modernizar o Ambiente de Negócios

Como o Mundo nos enxerga e...

Melhoria do Brasil em rankings internacionais

- **Doing Business*** – Banco Mundial
- **Índice de Liberdade Econômica** – Instituto Fraser
- **Índice de Competitividade Global** – Fórum Econômico Mundial



... como nos mostramos ao Mundo

*Relatório descontinuado, porém as ações em andamento continuam sendo monitoradas pela SEME

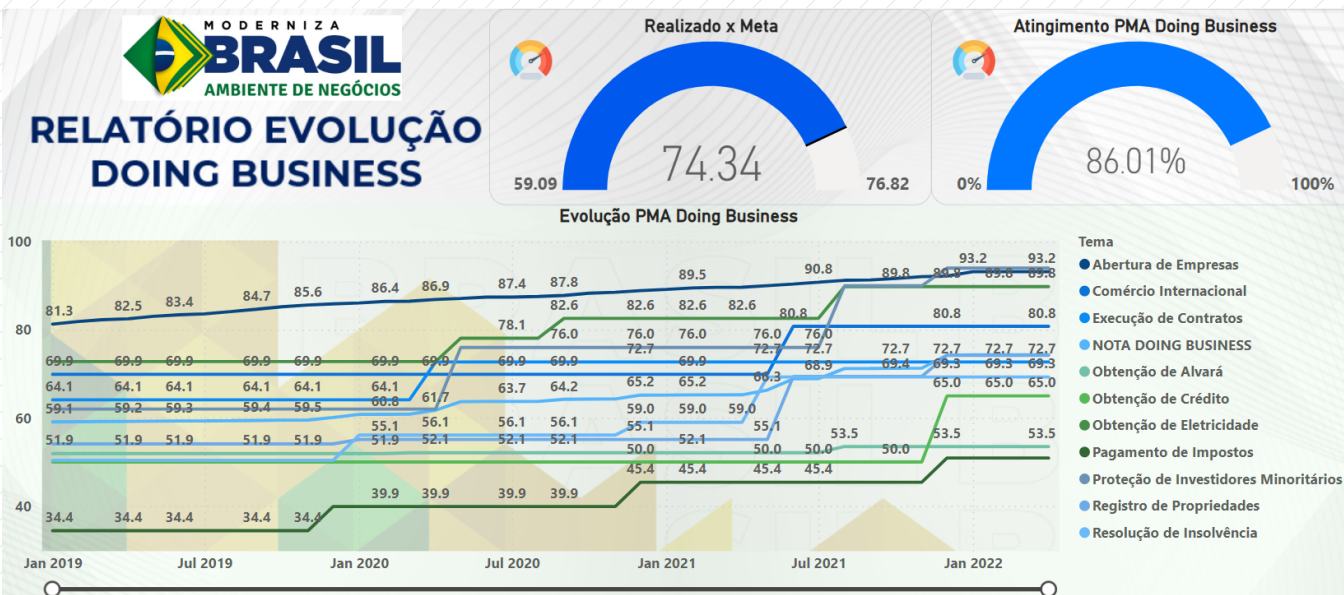
Governança Doing Business

- Objetivo definido pelo Presidente (50º)
- Governança definida, liderança da SEME;
- Acompanhamento periódico – PDCA;



ENTREGAS:

- Lei de Liberdade Econômica;
- Nova Lei de Falências;
- Nova Lei de Licitações;
- Lei do Ambiente de Negócios;
- Lei dos Cartórios;
- Relatório [SUBNACIONAL Brasil](#) – Maior já feito.



Posição
2019
124º



Projeção
2022
57º



Fonte: Relatório SEME (será atualizado em Set/22)

Doing Business Subnacional Brasil 2021: análise do ambiente de negócios em 27 unidades federativas



● 5 indicadores:

- *Abertura de empresas*
- *Obtenção de alvarás de construção*
- *Registro de propriedades*
- *Pagamento de impostos*
- *Execução de contratos*

● 5 indicadores + 2 estudos-piloto:

- *Registro de um MEI*
- *Pagamento de impostos no Simples Nacional*

Destaques do processo de coleta de dados no Brasil



Coleta de dados realizada de forma independente

pelo Banco Mundial a pedido da Secretaria-Geral da Presidência e com patrocínio da CNC, Febraban e Sebrae



+ de 1.500 especialistas: contadores, advogados, engenheiros, arquitetos, tabeliães, oficiais de registro de imóveis



+ de 150 reuniões com juízes, governos locais e órgãos federais

Análise do ambiente regulatório durante a COVID-19

A metodologia do *Doing Business* se baseia em premissas e cenários padronizados



Abertura de empresas

Procedimentos, tempo e custo para abrir e operar uma empresa

Pagamento de impostos



Pagamentos, tempo para cumprir com obrigações fiscais, carga tributária total + Índice pós-declaração



Obtenção de alvarás de construção Registro de propriedades



Procedimentos, tempo e custo para construir e transferir um imóvel + Índices de qualidade

Execução de contratos



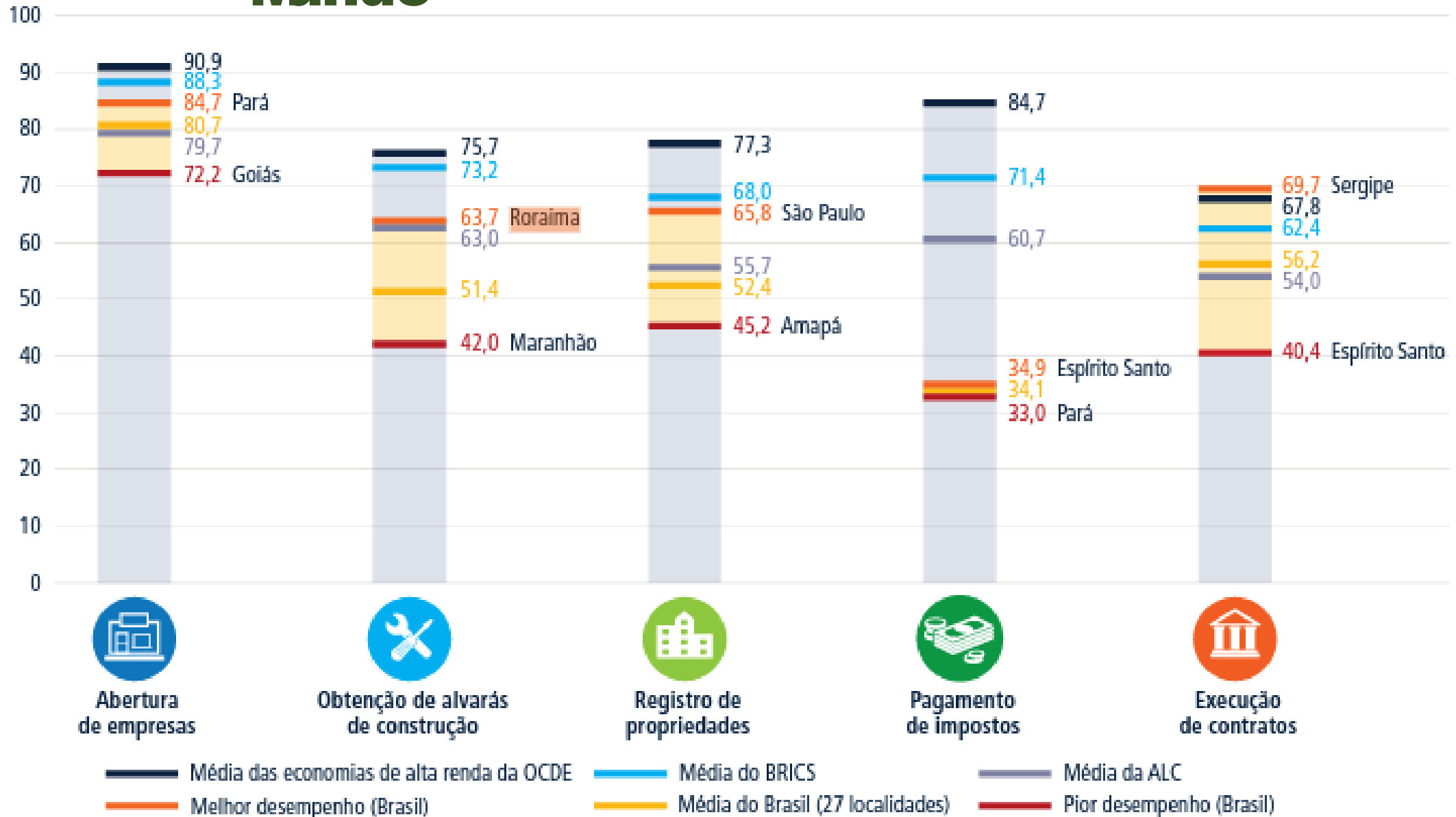
Tempo e custo para resolver uma disputa comercial + Índice de qualidade dos processos judiciais

Ranking Nacional

Localidade	Pontuação agregada (0-100)	Abertura de empresas	Obtenção de alvarás de construção	Registro de propriedades	Pagamento de impostos	Execução de contratos
São Paulo	59.1	81.7	48.9	65.8	33.9	65.4
Minas Gerais	58.3	82.0	61.6	53.3	34.0	60.7
Roraima	58.3	76.9	63.7	53.3	34.0	63.6
Paraná	57.3	84.5	57.5	52.5	34.4	57.7
Rio de Janeiro	57.1	83.2	57.2	57.4	33.7	53.9
Tocantins	56.8	77.8	59.3	52.8	34.1	59.8
Mato Grosso do Sul	56.7	77.8	62.4	54.7	34.3	54.3
Sergipe	56.3	81.5	45.5	51.3	33.7	69.7
Ceará	56.3	82.0	60.1	52.4	33.9	53.2
Piauí	56.0	84.5	52.8	49.7	33.8	59.1
Goiás	55.9	72.2	57.7	55.8	34.4	59.6
Distrito Federal	55.8	75.9	47.2	53.3	34.3	68.4
Rondônia	55.5	82.2	45.5	51.3	34.5	63.8
Acre	54.9	77.6	51.7	48.3	33.8	62.9
Maranhão	54.4	83.4	42.0	50.2	34.2	62.3
Amazonas	54.4	79.5	49.5	53.6	34.3	54.8
Paraíba	53.9	79.1	55.5	49.0	34.1	51.7
Alagoas	53.8	82.8	48.0	53.8	34.5	49.6
Mato Grosso	53.5	78.0	47.6	51.9	34.1	56.0
Santa Catarina	53.2	83.9	47.5	55.6	34.2	44.8
Rio Grande do Norte	53.1	80.4	50.6	45.5	34.2	54.7
Rio Grande do Sul	52.9	83.0	46.5	49.0	34.2	51.7
Pará	52.7	84.7	44.5	53.5	33.0	47.8
Bahia	52.5	79.6	51.5	49.4	33.2	48.9
Amapá	52.3	79.5	46.2	45.2	34.4	56.5
Espírito Santo	51.7	82.5	45.8	54.9	34.9	40.4
Pernambuco	51.0	82.1	42.3	50.3	33.9	46.6

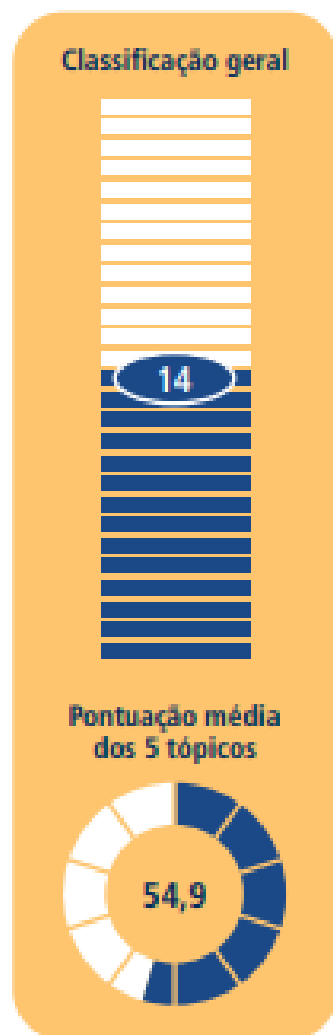
Estados Brasileiros x Mundo

Pontuação (0–100)



ACRE

RIO BRANCO

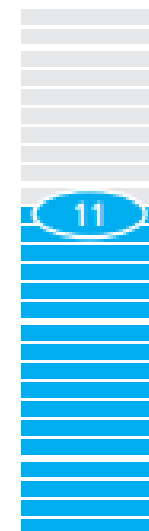
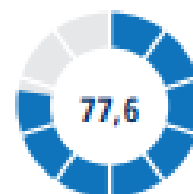


Classificação por tópico

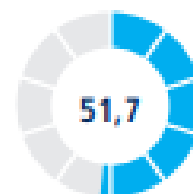
Pontuação por tópico



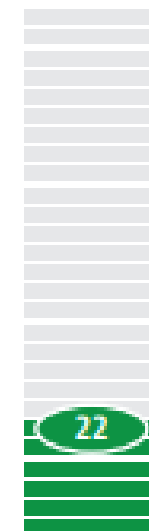
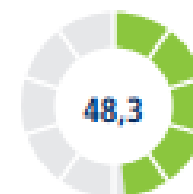
Abertura de empresas



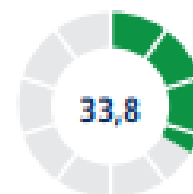
Obtenção de alvarás de construção



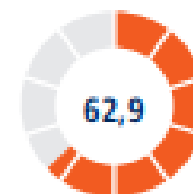
Registro de propriedades



Pagamento de impostos



Execução de contratos



AMAPÁ

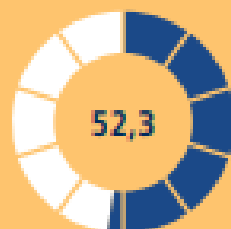
MACAPÁ



Classificação geral



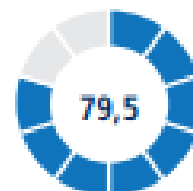
Pontuação média dos 5 tópicos



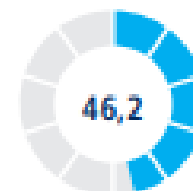
Classificação por tópico



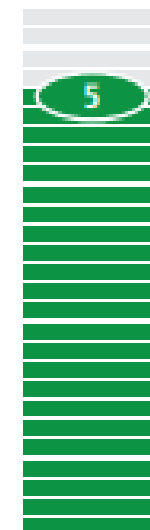
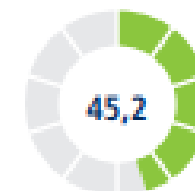
Abertura de empresas



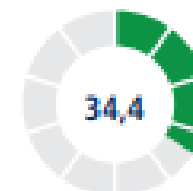
Obtenção de alvarás de construção



Registro de propriedades



Pagamento de impostos



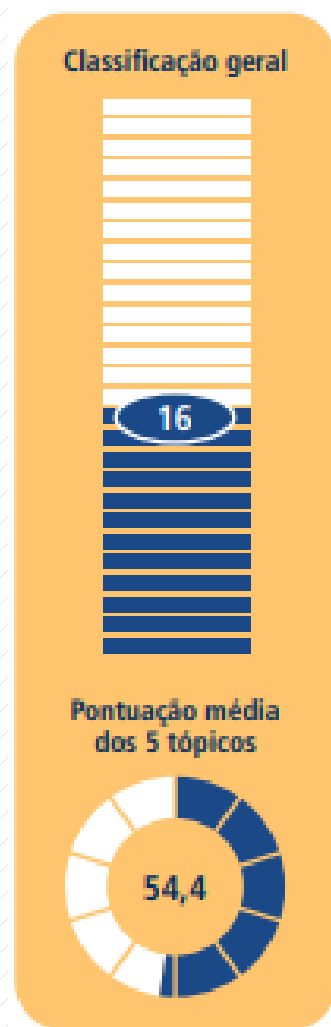
Execução de contratos



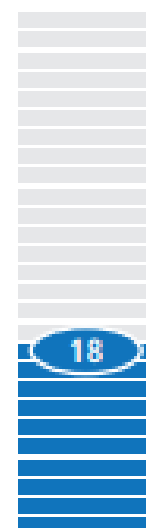
Fonte: Base de dados do Doing Business Subnacional.

AMAZONAS

MANAUS



Classificação por tópico



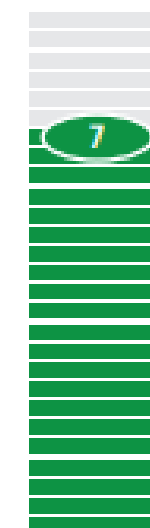
Abertura de empresas



Obtenção de alvarás de construção



Registro de propriedades

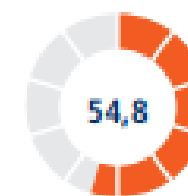
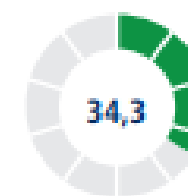
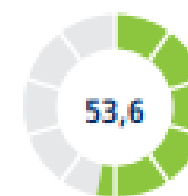
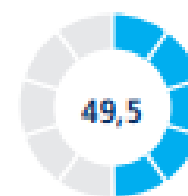
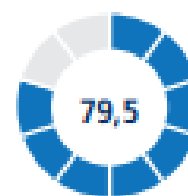


Pagamento de impostos



Execução de contratos

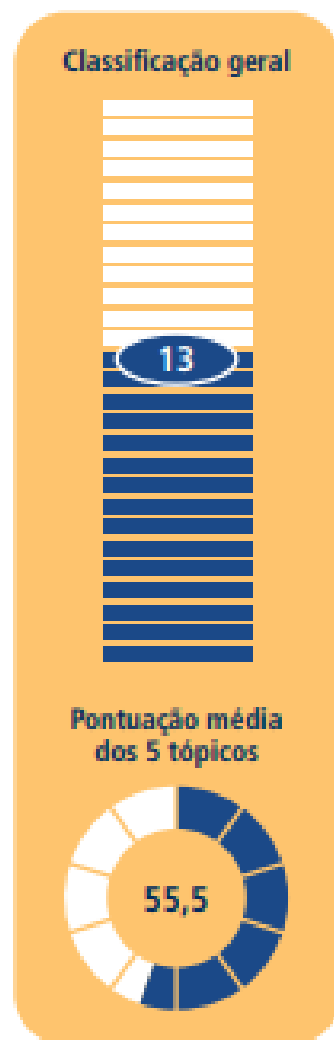
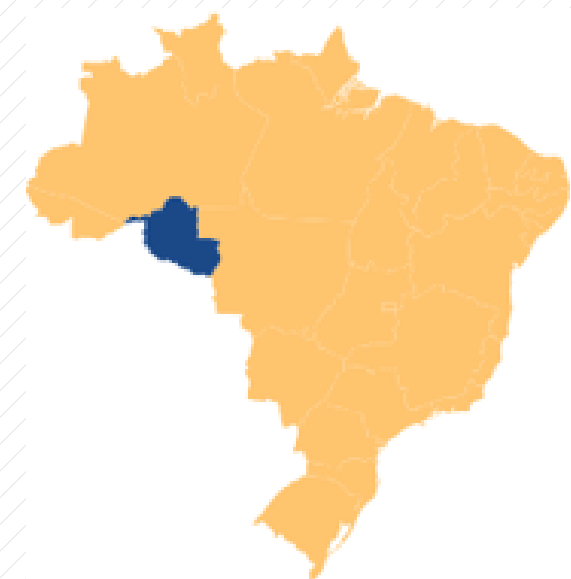
Pontuação por tópico



Fonte: Base de dados do Doing Business Subnacional.

RONDÔNIA

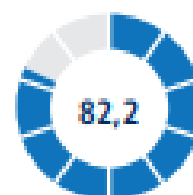
PORTO VELHO



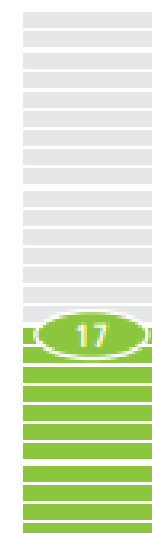
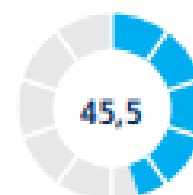
Classificação por tópico



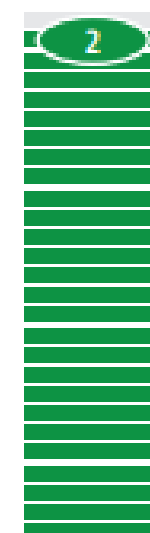
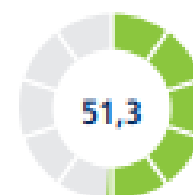
Abertura de empresas



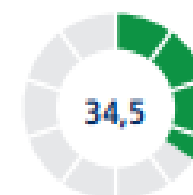
Obtenção de alvarás de construção



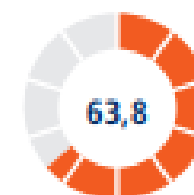
Registro de propriedades



Pagamento de impostos



Execução de contratos



Fonte: Base de dados do Doing Business Subnacional.

RORAIMA

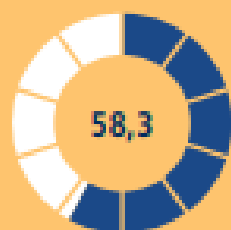
BOA VISTA



Classificação geral



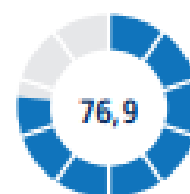
Pontuação média dos 5 tópicos



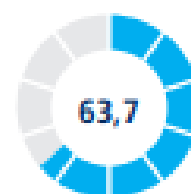
Classificação por tópico



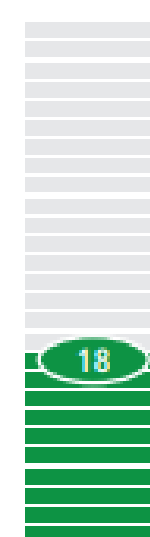
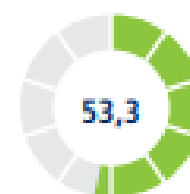
Abertura de empresas



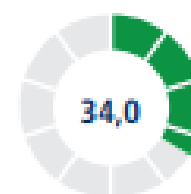
Obtenção de alvarás de construção



Registro de propriedades



Pagamento de impostos



Execução de contratos



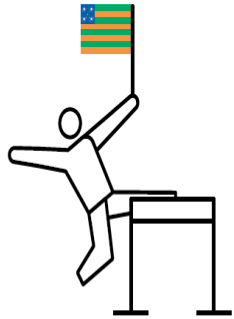
Fonte: Base de dados do Doing Business Subnacional



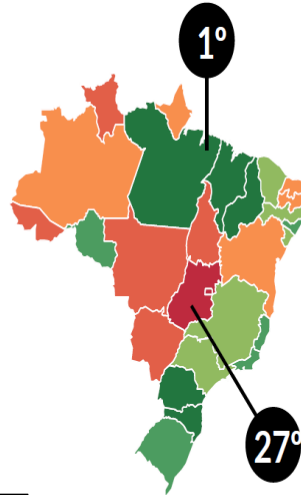
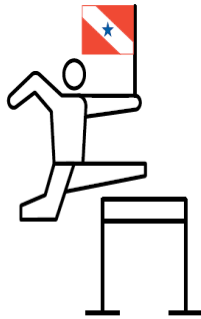
Abertura de empresas

média: 11 procedimentos

3 semanas e custa 5,1% da renda per capita anual



São 9 procedimentos no Pará contra 16 em Goiás



BOAS PRÁTICAS

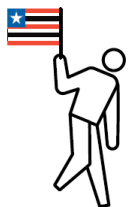
- Automatização da pesquisa prévia de viabilidade – nome e locacional
- Adoção de login único e Assinatura Avançada (GOV.BR)
- Adoção do número do CNPJ como único e suficiente para as inscrições tributárias
- Simplificação ou isenção do pagamento de taxas de abertura de empresas
- Efetivação da classificação de baixo risco com efeitos de dispensa
- Efetivação da classificação de médio risco com emissão automática do alvará



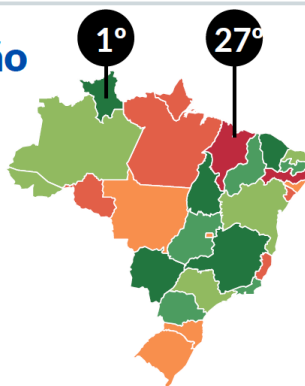
Obtenção de alvarás de construção

média: 11 meses

22 procedimentos e custa
1,4% do valor da construção



A demora é de
6 meses em Roraima e
de 16 meses no
Maranhão



Balcão Único e Nível de risco

BOAS PRÁTICAS

- Melhor coordenação entre agências governamentais e plataformas on-line para licenciamento da construção
- Procedimentos simplificados para licenciamento da construção
- Licenciamento da construção baseado no risco

Tanto

PREFEITURA

como

CORPO DE BOMBEIROS

definem os **quesitos** sobre os quais o licenciamento pode ser deferido, ao regulamentarem a **matriz de risco de risco** da Lei de Liberdade Econômica

Autonomia dos entes **garantida!**



As classificações que forem consideradas **baixo risco**, estão aptas ao **licenciamento declaratório**

1 & 2



Para iniciar uma construção, ou obter o Habite-se, o cidadão acessa, **tão somente, um único portal (balcão único)**, que integra diferentes instâncias e processos



No portal, ele descobrirá como a **obra e/ou edificação**, na localização dele, encaixa-se na **matriz de risco** definida por sua **Prefeitura e Corpo de Bombeiros**

Balcão único ao cidadão **garantido!**



Caso seja considerada

Baixo risco

o cidadão protocolará os documentos necessários e obterá automaticamente, no próprio portal, o **alvará de construção** ou o **Habite-se**

Caso seja considerada

Alto risco

o cidadão será encaminhado para o trâmite tradicional no portal da Prefeitura e do Corpo de Bombeiros

3 & 4

Caso a Prefeitura ou Corpo de Bombeiros não defina sua matriz de risco, valerá os parâmetros definidos em Resolução do CGSIM



Assim que o cidadão obtém o licenciamento, tanto a **Prefeitura**, como o **Corpo de Bombeiros**, recebem **todas as informações e documentos** submetidos por ele

A **fiscalização** pode ocorrer **de imediato**, através da análise do processo ou vistoria a **qualquer tempo!**

5 & 6

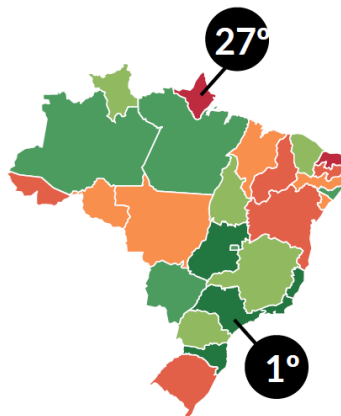
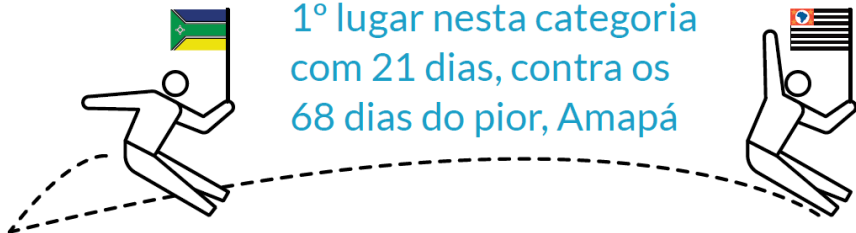


Registro de propriedades

média: 15 procedimentos,

39 dias e custa 3,2% do valor do imóvel

Sistema digital leva SP ao
1º lugar nesta categoria
com 21 dias, contra os
68 dias do pior, Amapá



Guichê de Certidões SP

UF
CPF/CNPJ
NOME
RG
Nº IPTU
EMAIL

GUICHÊ DE CERTIDÕES

10 Certidões do Cartório de protestos
Certidões dos Distribuidores Cíveis, de Executivos Fiscais e de Falências e Concordatas
Certidão da Justiça do Trabalho
Certidão Negativa de Débitos Trabalhista
Certidão de Dados Cadastrais do imóvel
Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
Certidão de Regularidade de Situação do FGTS
Certidões da Justiça Federal, de Distribuição de Ações e Execuções Cíveis, Fiscais, Criminais e dos Juizados Especiais Federais Criminais
Certificado e informações comerciais da Junta Comercial



**REDUÇÃO DE 9
PROCEDIMENTOS**

BOAS PRÁTICAS

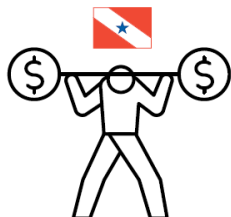
- O Guichê de Certidões
- Mecanismos simplificados para o pagamento do ITBI
- Tabelas de emolumentos e custos completas e de fácil acesso para serviços notariais e de registro
- SERP – LEI 14.382/2022



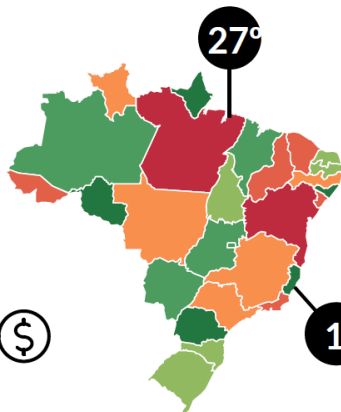
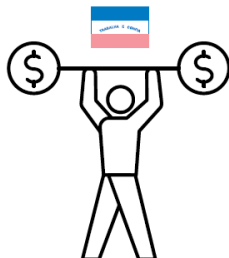
Pagamentos de impostos

média: cerca de 1.500 horas por ano

para preparar, declarar e pagar

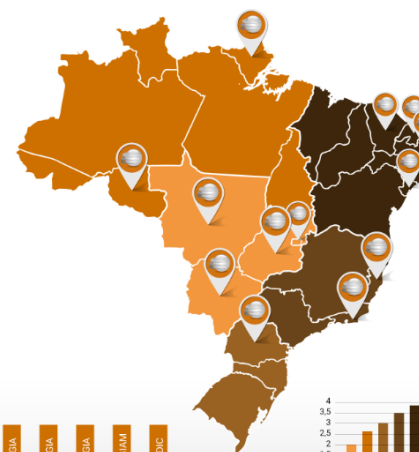


Processo é mais fácil
no Espírito Santo do
que no Pará



Sped SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL

QUANTIDADE DE OTAs POR REGIÃO



UF	Principal OTA	Demais OTAs Vinculadas ao ICMS
AP	EFD ICMS IPI	GIA-ST, GI e DAICMS
CE	EFD ICMS IPI	GIA-ST, GIDEC, DIV e DAICMS
DF	EFD ICMS IPI	SINTEGRA, GIA-ST e DAICMS
ES	EFD ICMS IPI	GIA-ST e DOT GI-ICMS
GO	EFD ICMS IPI	Arq. Eletro. Rel. Emp. interv. ECF
MS	EFD ICMS IPI	GIA-ST, DAICMS e GIA-BF
MT	EFD ICMS IPI	GIA-ST
PB	EFD ICMS IPI	GIA-ST, DAICMS e GIVA
PR	EFD ICMS IPI	GIA-ST, GI, SISCRED e Reg. Eletro. Doc. Fiscal
RJ	EFD ICMS IPI	GIA-ST, DUBICMS e DECLAN-IPM
RN	EFD ICMS IPI	GIA-ST, GI, IF e Arq. Mag. ST.
RO	EFD ICMS IPI	GIA-ST e Info. ECF e NFCe
SE	EFD ICMS IPI	GIA-ST, GI, GIVA e REDF

UFs / OTAs DISPENSADAS



UF	Principal OTA	Demais OTAs Vinculadas ao ICMS
AC	DAM	GIA-ST
AL	DAC	GIA-ST e GIA
AM	DAM	GIA-ST e GI
BA	DMA	GIA-ST, CS-DMA e Arq. Oper. Inter.
MA	DIEF	GIA-ST, e DIVA
MG	DAPI	GIA-ST, DAMEF e Declara. ST
PA	DIEF	GIA-ST
PE	SEF	SINTEGRA e GIA-ST
PI	DIEF / EFD ICMS IPI	GIA-ST, DEM. BC ICMS, DAICMS, Dem. Antec. e Dem. Estoque
RR	GIM	GIA-ST e Arq. Eletro. Substituto outra UF
RS	GIA	GIA-ST
SC	DIME	GIA-ST e Arq. Eletro. Substituto outra UF
SP	GIA	GIA-ST, DCTA, E-Credac e REDF
TO	GIAM	GIA-ST e DIF

Obrigações acessórias

BOAS PRÁTICAS

Obrigações Acessórias - Entre 867 e 885 horas por ano são gastos obrigações acessórias relacionadas a tributos indiretos (ICMS, IPI, PIS e COFINS).

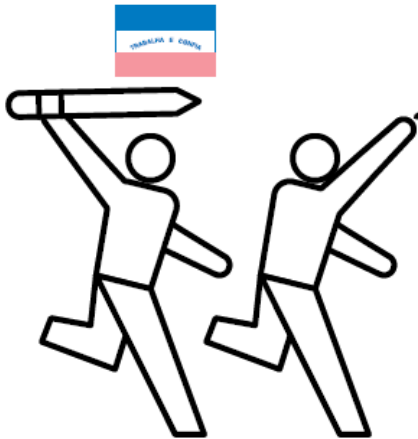
- Eliminação da obrigatoriedade de apresentação de declaração adicional de ICMS e adoção do SPED como única obrigação acessória.



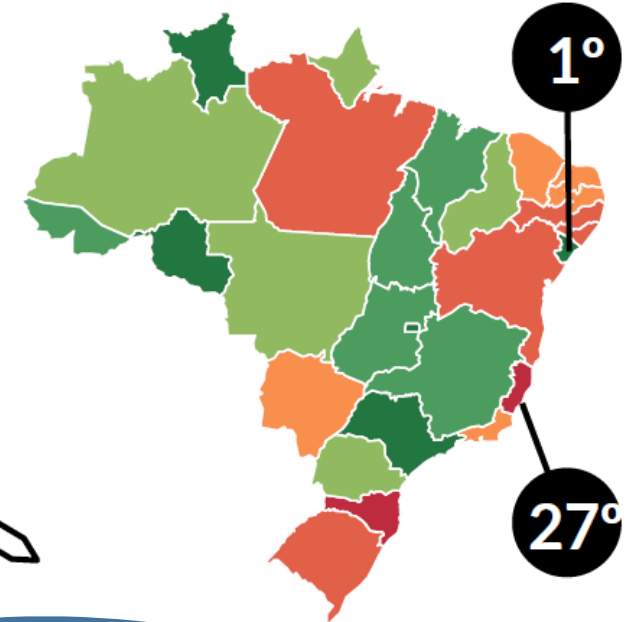
Execução de contratos

média: 32 meses

27,2% do valor da ação
(estimado em R\$ 67 mil)



A melhor pontuação
ficou com Sergipe, e a
pior com Espírito Santo



Conciliação e mediação

BOAS PRÁTICAS

- Tornar as citações eletrônicas obrigatórias para todas as empresas
- Oferecer incentivos adicionais à conciliação e mediação, como meios alternativos de resolução de disputas
- Melhor gestão de processos através da reorganização dos tribunais e de programas de redução de acúmulo de processos

E agora? O que fazer?

- Mapear atores que devem ser envolvidos, considerando Município, Estado, Justiça, Sebrae, Sinduscon, Registradores, etc;
 - ❖ **“CLIENTE PRECISA PARTICIPAR”**
- Definir grupo de atuação;
 - Montar os 5 subgrupos e definir coordenador por grupo;
- Estabelecer uma meta:
 - Exemplo: “Estar entre os XX primeiros, na nota final do próximo relatório Subnacional em 2023”
- Estudar a metodologia, identificar gargalos e iniciar a construção do Plano de ação;

Comemorar e divulgar as conquistas!!!

Secretaria de Modernização Institucional e Regional

Diretoria de Modernização do Ambiente de Negócios

André Monteiro – Secretário SEMIR

Ricardo Vieira – Diretor Ambiente de Negócios

Carlos Jesus – Assessor na diretoria